



Presidenciável decide não dar mais trégua ao pedetista e tentará desidratá-lo para vencer a corrida ao Planalto no primeiro turno

# Lula e PT vão ao ataque para tirar votos de Ciro

Em mais uma recalibragem na estratégia eleitoral, a campanha do PT à Presidência abandonou a tática de poupar Ciro Gomes (PDT) de ataques e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva partiu, ontem, de maneira escancarada, para disputar os eleitores que não apoiam o presidente Jair Bolsonaro (PL), abrindo uma frente pelo “voto útil”. Sem citar o nome do pedetista, terceiro colocado nas pesquisas de intenção de votos, Lula estimulou o comando da campanha a trabalhar pela vitória ainda no primeiro turno, falou sobre os demais adversários em pronunciamento (e não apenas sobre Bolsonaro) e disse que “tem candidato” que não consegue “juntar gente” em comício.

“Eu quero dizer que, de todas as eleições, nunca tivemos a chance de resolver no primeiro turno como temos nessas eleições. E a gente não tem que ter vergonha de dizer isso, se falta apenas um tiquinho. O que nós precisamos é aumentar a nossa capacidade de trabalho. Ainda não demos visibilidade à campanha de rua e é preciso que a gente dê”, cobrou Lula.

Até então, o petista orienta

## » 5 milhões de empregos em dois anos

O candidato presidenciável Ciro Gomes (PDT) afirmou, ontem, em São Paulo, que, se eleito, seria capaz de criar 5 milhões de empregos nos dois primeiros anos do seu mandato. Para realizar a promessa, ele propôs usar renúncias fiscais autorizadas pelo governo federal. “(Existe) uma série de 14 mil obras paradas. E o dinheiro vem de um corte de 20% das renúncias fiscais que, hoje, são R\$ 350 bilhões. Com 20% de corte, eu arrumo R\$ 70 bilhões por ano. Isso é o suficiente para honrar 5 milhões de empregos em dois anos”, afirmou. Ciro repetiu a proposta de criação, com parte de reservas cambiais, de uma linha de crédito operada diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para auxiliar empresas em situação de inadimplência.

seus aliados a “manter o pé no chão” sobre a possível vitória no primeiro turno. Mas, além de ver a campanha estacionada nas pesquisas de intenção de voto — embora em patamar confortável —, o movimento de candidatos da terceira via nas últimas semanas orientou a mudança de rota da campanha.

## Gota d’água

O PT contava com o apoio de Ciro no segundo turno e, ciente de que a maioria dos votos do pedetista poderia migrar para Lula, o ex-presidente vinha evitando

o embate com o ex-aliado. No debate da Band, no último dia 28, o petista chegou a falar que não levava as críticas do adversário em consideração porque “ele tem o coração mais mole do que a língua”.

Ciro, por sua vez, não cedeu e se manteve no ataque, chamando Lula de “encantador de serpentes”. No dia seguinte, ele publicou nas redes sociais comentário que colocava dúvidas a saúde do petista.

A gota d’água dentro da campanha petista foi a entrevista de Ciro à Jovem Pan. O candidato do PDT chamou o filho de Lula

de “ladrão”, negou a possibilidade de apoiar o ex-presidente no segundo turno e disse que o petista está “debilitado” e “fragilizado”.

Um dia depois, veio a resposta no comando da campanha de Lula. “Infelizmente, Ciro Gomes está rasgando sua biografia. Está, nitidamente, fazendo alianças com o fascismo brasileiro”, tuitou Edinho Silva, um dos coordenadores de comunicação da campanha de Lula.

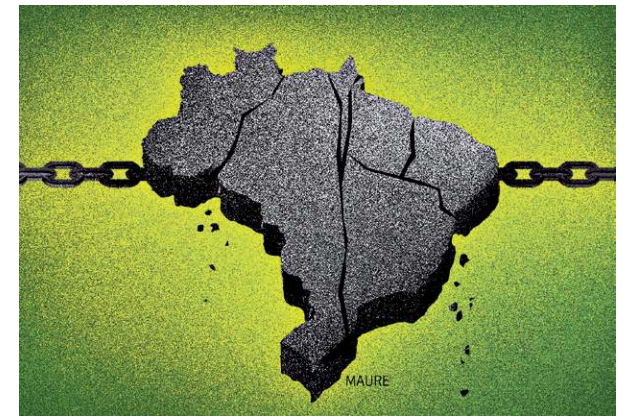
Pouco depois da publicação, a imprensa foi chamada para acompanhar uma declaração do ex-presidente durante a reunião de coordenação de campanha — o convite aos jornalistas para testemunhar a fala de Lula nestas ocasiões raramente acontece. O petista, então, autorizou a busca aos votos da oposição — e não mirou o ataque só em Bolsonaro, como costuma fazer. “Além do candidato a presidente, temos os candidatos da oposição. Sei que às vezes vocês (aliados da campanha) ficam chateados porque a oposição nos ataca. É normal. Eles me atacam porque eles têm medo que eu ganhe no primeiro turno”, afirmou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Chegamos aos 200 anos desorientados e divididos

O Bicentenário da Independência do Brasil está sendo “comemorado” hoje, às vésperas das eleições gerais de 2 de outubro (daqui a 25 dias), como se fosse uma pajelança eleitoral. Entretanto, deveria ser uma grande festa de afirmação da identidade nacional, da nossa coesão social e de um projeto de futuro.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), que disputa a reeleição, se apropriou da data para alavancar sua campanha. As mobilizações “nacionalistas” programadas para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente, tendo como coadjuvantes as Forças Armadas, que sempre foram protagonistas, são atos de provocação contra o Estado democrático de direito e suas instituições, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF). Seus organizadores acreditam que o 7 de Setembro será o “fato novo” capaz de promover uma virada no cenário das eleições. Veremos.

É uma situação inédita. Nem mesmo em 1972, quando o Sesquicentenário da Independência foi comemorado com pompa e circunstância pelo regime militar, a nossa memória histórica foi resgatada de forma tão tosca. Aquela época, criou-se uma comissão governamental em parceria com Instituto Histórico e Geográfico com a tarefa de resgatar as lutas pela Independência, com objetivo de fortalecer os vínculos entre o projeto de institucionalização do regime autoritário então vigente e o sentimento nacionalista do povo. Memória e identidade caminhavam juntas, mesmo que com o viés autoritário da época.

O país vivia o “chamado milagre econômico”, com base no tripé econômico empresas estatais-iniciativa privada nacional-investimentos estrangeiros, com instalação de empresas multinacionais e empréstimos bilionários. Os militares tinham um projeto nacional desenvolvimentista, autárquico, a custo de muito endividamento externo.

Operou-se a chamada “modernização conservadora”, sob a lógica de “fazer o bolo crescer para depois dividir”. Houve arrocho salarial para a grande massa trabalhadora, mas formou-se uma nova e abastada classe média, que apoiava o regime.

A concentração de capital e a desigualdade social se cristalizaram como par dialético da nossa economia, mas houve maior integração nacional e o Brasil passou a contar com uma base industrial robusta. Tanto os militares como a oposição, que estava sendo massacrada, tinham um projeto de futuro nacional desenvolvimentista. O divisor de águas era a falta de democracia.

Os radicais de direita que comemoram nas ruas o Bicentenário da Independência têm como referência um passado imaginário, no qual glamorizam o regime militar e ignoram os seus equívocos, que o levaram à bancarrota, após 20 anos de ditadura. O maniqueísmo é uma característica da mentalidade reacionária, aqui ou em qualquer lugar do mundo.

O resultado é que as comemorações oficiais do Bicentenário foram abduzidas pela campanha de Bolsonaro, sem que as instituições governamentais tenham feito qualquer reflexão sobre o futuro do país, nem mesmo aquelas que tradicionalmente se preocuparam com isso, como o Itamaraty e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## Elites e populismo

A propósito, uma das reflexões mais instigantes sobre o Bicentenário foi a palestra do embaixador Rubens Ricúpero na Academia Brasileira de Letras (ABL), na sexta-feira passada, na qual ele indagava o que o Brasil poderia fazer ao longo dos próximos 100 anos. É muita ironia, os principais protagonistas da vida nacional estão pensando nos próximos 25 dias. Ricúpero ainda acredita que o Brasil pode ser tornar uma potência ambiental, de direitos humanos, de promoção da igualdade racial e social, solidária a fracos e miseráveis. A agenda das manifestações programadas para hoje vai na direção diametralmente contrária.

Discípulo “incondicional” de Capistrano de Abreu, o primeiro a valorizar a importância do “povo capado e recapado, sangrado e ressangrado” na formação histórica do Brasil, José Honório Rodrigues, falecido em abril de 1987, aos 73 anos de idade, era um historiador liberal democrata de formação anglo-saxã. Na coletânea *Conciliação e reforma no Brasil: interpretação histórico política* (Civilização Brasileira, 1965), ele destacou que a concentração do poder político por um grupo conservador impediu o progresso do país durante séculos.

Para ele, as lutas pela independência poderiam fundar as bases nacionais em terreno popular e liberal, mas foram derrotadas. A Independência não significou uma ruptura, mas a continuidade da ordem privilegiada das elites escravocratas da época.

Em 1822, nas décadas de 1830 e 1840, em 1889, 1930, 1945, 1961 e 1964 deu-se o mesmo. “Os poderes dominantes tiveram sempre força para conter as aspirações profundas de mudança e reverter os movimentos de modo a sustentar seu sistema, e seus privilégios”, diagnosticou num dos ensaios da coletânea, intitulado *Teses e antíteses da História do Brasil*.

Honório considerava o populismo “uma espécie de primitivismo político (...), um instrumento de agitação irresponsável, de meio desordenado de degradação da política e dos políticos”. Dizia que foi um entrave ao crescimento ordenado e eficiente nas décadas de 1950 e 1960: “A campanha de luta e agitação (...) desgastou o progressismo que se vinha formando e criou barreiras intransponíveis (...) O radicalismo vindo de cima, que mais agitava do que propunha construir (...) uma pedra no caminho da reforma e do progresso nacional. Não uniu, dividiu”. Parece que a história se repete.

Ricardo Stuckert



A entrevista de Ciro à Jovem Pan, na qual atacou o filho de Lula e negou apoio no 2º turno, jogou a pá de cal na trégua com o pedetista

## Bolsonaro volta a atacar uma jornalista

Jair Bolsonaro (PL) se desentendeu com a jornalista Amanda Klein, durante entrevista à Jovem Pan, ontem, depois de ser questionado sobre as suspeitas de corrupção envolvendo seus parentes, o presidente disse que ela estava fazendo “acusações levianas”, perguntou se acreditava em si mesma ao se olhar no espelho e fez comentário sobre a vida pessoal da entrevistadora.

“Você é casada com uma pessoa que vota em mim, não sei como é seu convívio com ele na sua casa. Mas eu não tenho nada a ver com isso, não responde, por favor”, atacou.

“Você acredita na imprensa, Amanda? Você acredita em si mesma na frente do espelho?”, questionou o presidente. Ela tinha citado uma reportagem sobre a suspeita de haver funcionários fantasmas no gabinete de Bolsonaro quando ele era deputado federal.

“A minha vida particular não está em pauta”, respondeu a jornalista. Em seguida, o presidente questionou: “A minha (vida) particular está em pauta por quê?”. Amanda respondeu: “Porque o senhor é uma pessoa

pública, o senhor é o presidente da República”.

Amanda é casada com o empresário Paulo Ribeiro Barros. Em entrevista recente a um canal no YouTube, ela afirmou que o marido é bolsonarista e que “às vezes dá briga” por esse motivo. “No que importa, a gente é muito alinhado”, disse, na ocasião. “Porque ele vota em Bolsonaro e eu não voto, não quer dizer que não haja pontos de convergência.”

A pergunta da jornalista dizia respeito ao relatório da Polícia Federal (PF) que apontou indícios de utilização de um laranja na compra de uma mansão por Ana Cristina Valle, ex-mulher de Bolsonaro. “Tenho duas ex-mulheres, não tenho contato com elas, não sei qual é a vida econômica que elas têm. Não sei a vida que elas levam”, respondeu o presidente, visivelmente irritado.

Bolsonaro alegou “perseguição” da imprensa e afirmou que Amanda estava acusando as ex-mulheres de serem corruptas. A jornalista se defendeu e disse que a pergunta que fizera era legítima.

Recentemente, outro embate do presidente com uma

jornalista mulher gerou repercussão negativa. Durante o debate da Band, em 28 de agosto, ele destratou Vera Magalhães, colunista de O Globo e apresentadora da TV Cultura, depois de ser questionado sobre a administração do governo federal durante a pandemia de covid-19 e a compra de vacinas. “Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”, disse ele. A reação nas redes sociais foi “puxada” por rivais do presidente, que o acusaram de machismo e misoginia.

## Aprovação

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, ontem, por unanimidade, o registro de candidatura de Bolsonaro e do candidato a vice-presidente, Walter Braga Netto, pela coligação Peço Bem do Brasil. Os ministros acompanharam integralmente o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que endossou os argumentos da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) de que não foram apresentados elementos mínimos de inelegibilidade que pudesse restringir o direito de Bolsonaro concorrer à reeleição.

## » Candidatura de Marçal é indeferida

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, ontem, por unanimidade, o indeferimento do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do Pros. Consequentemente, o candidato pelo partido, Pablo Marçal, está impedido de concorrer à Presidência da República. Ele foi lançado candidato ao Palácio do Planalto em convenção realizada sob o comando de Marcus Holanda. Mas, em 5 de agosto, o TSE devolveu a presidência do partido a Euripedes Jr., que decidiu retirar a candidatura de Marçal e apoiar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. O influencer, porém, insistia que disputaria o pleito, embora jamais tenha pontuado nas pesquisas de opinião. Chegou até a fazer um protesto com alguns dos seus apoiadores, em 28 de agosto, na porta da Band, por não ter sido chamado pela emissora para participar do debate.